

LETRAS NEGRAS: as contribuições da literatura para aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino médio

Richard Christian Pinto dos Santos^()*

RESUMO

A aprovação da Lei 10.639/2003 é o resultado da organização das entidades que visam mitigar o racismo no Brasil. Apesar da histórica presença e contribuição das populações afrodescendentes no que concerne à formação social e cultural do país a persistência da discriminação racial, mantendo a mesma estrutura racializada de sociedade verificada nos longos séculos em que perdurou o escravismo na sociedade brasileira. A citada lei objetiva incluir a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira e as relações raciais na sociedade brasileira nos currículos escolares como forma de efetivar o caráter democrático e inclusivo da escola previsto em outras legislações educacionais, mas tão pouco colocado em prática. A escola exerce papel importante na visibilização e valorização da cultura negra e das populações que a produzem ao apresentá-la de maneira isenta de preconceitos.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003, Literatura, Cultura Negra.

INTRODUÇÃO

O processo histórico de invisibilização da cultura de matriz africana provocou como reação uma intensa luta travada pelas organizações do Movimento Negro, sobretudo a partir dos últimos anos do século XX, quando o contexto de reabertura política permitiu a rearticulação dos movimentos sociais. Essas mobilizações tiveram como resultado a criação da Lei 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), instituindo o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica em todo o território nacional. O grande desafio agora é construir práticas pedagógicas que destaquem o povo negro enquanto agente transformador da sociedade.

Iniciar um trabalho com esta temática voltada para turmas do ensino médio, como uma etapa fundamental na luta contra o preconceito e o racismo, é de total importância, pois trata-se de um período da vida dos(as) estudantes onde se consolida a formação da identidade, dos conceitos e valores sobre a vida e sobre o mundo. A utilização da literatura como vínculo na aproximação educando-mundo acaba sendo uma aliada para uma primeira abordagem racial dentro de sala de aula.

^(*) Mestrando em Educação e graduado em Letras Habilitação Português e Francês pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino médio. E-mail: richardchristian1984@yahoo.com.br.



RACISMO E LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL

Ao longo dos últimos anos do século XX o Movimento Negro do Brasil organizou diversas mobilizações contra a manutenção dos pressupostos religiosos, filosóficos e científicos que defendiam a superioridade dos colonizadores de ascendência europeia sobre os grupos de ascendência africana e as populações de ascendência indígena nas relações sociais e produtivas. Segundo Carlos Moore:

para efeito da dominação do grupo-alvo subalternizado, surgem as políticas e mecanismos de contenção (segregação racial), de dissuasão (atomização racial) e de repressão. Estes geralmente se alicerçam em um “mito-ideologia” destinado a manter a unidade monolítica do grupo vencedor, tido como superior ao tempo em que atomiza e pulveriza a coerência grupal do grupo-alvo vencido, tido como inferior. (2007, p. 191).

Mariléia dos Santos Cruz (2007) chama a atenção para o fato de que a classe que detém a hegemonia política considera que o país necessita aproximar-se o máximo possível da cultura europeia. Esse processo de europeização produz e divulga uma série de conceitos pejorativos acerca das manifestações culturais como músicas, danças, penteados, vestuário, religiões, entre outras, de modo que “estar associado a estas práticas culturais passou a soar negativamente, produzindo o distanciamento dos sujeitos que almejavam gozar de boa aceitação social”. (p. 18).

Longe de permanecer apenas no campo ideológico, o racismo atua efetivamente na vida cotidiana das populações dos diferentes grupos étnicos brasileiros. As práticas discriminatórias sofridas pela população negra exercem papel determinante como obstáculos à plena vivência de sua cidadania, sobretudo no que concerne ao acesso aos bens sociais como educação e saúde, bem como à sua integração no processo produtivo na busca por postos de trabalho. Desta forma, o racismo tende a buscar sua autofundamentação, pois usa o insucesso dos povos socialmente minoritários causado por suas próprias práticas excludentes como comprovação da inferioridade dos mesmos

De fato, o racismo opera mecanismos de desqualificação dos não-brancos na competição pelas posições mais almejadas. Ao mesmo tempo, os processos de recrutamento para posições mais valorizadas no mercado de trabalho e nos espaços sociais operam com características dos candidatos que reforçam e legitimam a divisão hierárquica do trabalho, a imagem da empresa e do próprio posto de trabalho. (IPEA, 2008, p. 6).

Como uma das formas de lutar contra esse processo de discriminação, o Movimento Negro, fundamentado “na compreensão de que a educação é a base sobre a qual estrutura-se a forma de pensar e agir de um povo” (Movimento Negro Unificado, PE, 1988, p. 5), nunca deixou de ter no seu



corpo de reivindicações a plena inserção da população afro-brasileira no ambiente escolar. Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo com a quase universalização da oferta de vagas às crianças e jovens atingida nos últimos anos, permanecem as lutas neste sentido, pois simbolicamente a escola perpetua a discriminação verificada no resto da sociedade. Ainda é de vital importância

o processo de colonização intelectual a que estudantes negros estavam submetidos, as consequências danosas dos conteúdos racistas dos currículos escolares, livros didáticos, bem como as discriminações raciais sofridas pelos alunos negros no ambiente escolar, entre outras manifestações. (SANTOS, 2007, p. 163).

DA ESCOLA RACISTA À LEI 10.639/2003: RACISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO

Após um período tão longo de difusão de um ideário racista, a inferioridade dos afrodescendentes passou a figurar como um conceito universalizado e fortemente impregnado na cultura brasileira, sendo inclusive reproduzida por essa própria população. Muitos dos conceitos criados para estabelecer uma sociedade racialmente hierarquizada permanecem no imaginário nacional, sendo naturalizada a discriminação dos negros e de sua cultura. Desta forma, não chega a ser surpreendente que o racismo esteja presente também no ambiente escolar.

As informações disponíveis sobre a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais revelam que [...] restringem-se à ação isolada de profissionais comprometidos (as) com os princípios da igualdade racial que desenvolvem a experiência a despeito da falta de apoio dos sistemas educacionais [...] projetos descontínuos com pouca articulação com as políticas curriculares de formação de professores e de produção de materiais e livros didáticos sofrendo da falta de condições institucionais e de financiamento. (MEC/MJ/SEPPIR, 2008 p. 13).

Dentre os inúmeros estudos acerca das relações raciais no espaço escolar, podemos destacar os de Cavalleiro, que em mais de uma ocasião mostrou como a comunidade envolvida na prática educativa “atua na difusão do preconceito e da discriminação [...] a partir de práticas diárias, na difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro” (2003, p. 99). A pesquisadora aponta que em momentos diversos aparecem demonstrações de racismo e discriminação, sendo que na maioria dos casos não há um trabalho no sentido de erradicar essas práticas.

é possível perceber a ausência de questionamento sobre a diversidade étnica no cotidiano escolar, seja por parte das professoras, quer por parte da coordenação pedagógica e da direção escolar, o que sinaliza o despreparo e o desinteresse da escola para lidar com essa questão. (CAVALLEIRO, 2003, p. 54).



Apesar da sua histórica omissão em relação à situação de exclusão da população negra, a mobilização de inúmeros integrantes do Movimento Negro “cansados de promessas não realizadas” (SANTOS, 2007, p. 24) teve como consequência algumas mudanças na postura do governo federal, com importantes conquistas no princípio do século XXI. O tema da discriminação racial, sobretudo no ambiente escolar, foi incluído na agenda nacional, com o então presidente da república, à época da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, o presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo que

É fundamental [...] que a elaboração dos currículos e materiais de ensino tenha em conta a diversidade de culturas e de memórias coletivas dos vários grupos étnicos que integram nossa sociedade. [...] É obrigação do Estado a proteção das manifestações culturais das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras [...] Essa obrigação deve refletir-se também na educação. [...] É indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso. É indispensável que reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial. (MUNANGA, 2005, p. 9-10).

Uma abordagem neste sentido busca romper com a “invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo” (SILVA, 2005, p. 22). As análises acerca da prática da educação das relações étnico-raciais por parte de diversos autores têm comprovado que os materiais didáticos apresentam referências negativas, que reproduzem os estereótipos pejorativos costumeiramente atribuídos à população negra. Verifica-se que

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão. (SILVA, 2005, p. 24).

O que se vem aqui mostrar é que, tal como aborda Ana Célia da Silva, é possível realizar a desconstrução da discriminação no livro didático

se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político-econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (2005, p. 25).



Tal desafio se torna ainda mais urgente considerando a existência da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” (BRASIL, p. 1), ainda não é plenamente cumprida devido ao fato de que “há materiais nas escolas que continuam a associar o negro e a negra com percepções negativas” (MEC/MJ/SEPPPIR, 2008, p. 32). A discussão apresentada no presente texto visa atender a necessidade do

Fomento à produção de materiais didáticos e paradidáticos por professores(as), educadores(as), organizações do movimento social negro, Ongs, entre outros que atendam ao disposto pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e às especificidades regionais para a temática. (MEC/MJ/SEPPPIR, 2008, p. 34).

REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA DA AULA DE PORTUGUÊS

1. Velhos rumos e os sinais de mudança

Nos últimos anos, mais especificamente após a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96) a comunidade escolar brasileira voltou a debater abertamente a importância de uma educação crítica e voltada para que o aluno desenvolva não só a aquisição e o aprofundamento dos conhecimentos propostos, mas também tenha um ambiente que estimule a construção de sua cidadania. Nesta nova visão da aprendizagem, o estudo da linguagem, enquanto processo de socialização, voltou ao foco, pois

é considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los (...) que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo. (PCN, p. 5).

A nova organização curricular vista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) se opõe à visão tecnicista da legislação anterior (implantada pelo governo militar em 1971) que separava as aulas de língua portuguesa em três áreas distintas: gramática, literatura e redação. Essas competências eram tão isoladas no currículo que “muitas escolas mantêm professores especialistas para cada tema e há até mesmo aulas específicas como se leitura/literatura, estudos gramaticais e produção de texto não tivessem relação entre si” (PCN, p. 16), divisão que permanece até hoje, não só no ensino médio, mas também no interesse dos estudantes de licenciatura em letras e na dedicação dos professores que chegam ao mercado. Esta concepção segmentada é considerada pelos estudiosos como uma das causas do fracasso do ensino da língua em todos os níveis: muitos alunos passam da educação infantil para o ensino fundamental sem estarem alfabetizados, e deste para o



ensino médio com inúmeras deficiências vocabulares e ortográficas e não conseguem avançar para o ensino superior por não serem capazes de formular uma redação minimamente aceitável para serem aprovados no vestibular.

Mesmo com as inúmeras contribuições das novas vertentes de estudo que têm surgido nos últimos anos e ampliado enormemente o estudo das ciências da linguagem no ambiente acadêmico, o ambiente escolar brasileiro continua dedicado a perpetuar a chamada “norma culta”, visto que muitos dos profissionais ensinam com “pouca ou nenhuma influência de todas essas novas perspectivas de abordagem do fenômeno da linguagem”. (BAGNO, 2002, p. 14).

É importante lembrar que a leitura de mundo e a compreensão do texto são competências fundamentais para qualquer área, pois independente da área em que aprofundará seu interesse intelectual ou profissional, é sempre através dos estudos a respeito das inúmeras manifestações em que se apresenta a linguagem, presentes sempre nas aulas de língua portuguesa, que o indivíduo realiza:

[...]o aprofundamento dos conhecimentos como meta para o continuar aprendendo; o aprimoramento (...) como pessoa humana; e a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico com flexibilidade, em um mundo novo que se apresenta, no qual o caráter da Língua Portuguesa deve ser basicamente comunicativo [...]. (PCN, p. 71).

Neste contexto, buscam-se inovações para o ambiente escolar, o que exige uma anterior autoanálise da significação do trabalho docente e uma ressignificação daquilo que vem a ser ensinar e daquilo que vem a ser aprender. É um desafio levar os professores a um esforço contínuo de busca por novas técnicas, novas abordagens, novos conhecimentos, sendo que ainda existem muitos professores que ainda não se conscientizaram da importância da formação continuada. Segundo Bagno cita em seu livro *Língua materna: letramento, variação e ensino* (2002, p. 15), essa perplexidade ou rejeição à renovação das abordagens conceituais e metodologias de ensino da língua se dá principalmente porque seus realizadores (ou seja, os professores) “aprenderam, na universidade, a considerar a língua um fenômeno homogêneo, iniciando-se numa gramática formal (sobretudo estrutural), e tomando a sentença como seu território máximo de atuação”. (CASTILHO, 1998, p. 12).

2. Os processos de leitura e escritura de textos

Irândé Antunes faz algumas constatações preocupantes a respeito da atividade pedagógica do ensino de língua portuguesa nos campos de leitura e escritura de textos. De maneira geral, os

problemas citados são derivados da repetição mecânica de atividades que em nada contribuem para motivar os educandos. De acordo com os depoimentos que colhe, as leituras se concentram em repetir expressões soltas e descontextualizadas, que por esse motivo acabam perdendo seu caráter comunicativo, terminando por construir uma série de exercícios acerca daquilo que a autora chama de “língua ao contrário” (2003, p. 26). Segundo ela, muitos professores justificam esse tipo de ocorrência por considerarem que o ensino da gramática normativa deva ser o foco das aulas de português e que os estudos, nesse sentido, não devam ser “atrapalhados” pela “perda de tempo” com as outras modalidades.

Essa aula que vê a língua como um sistema amorfo e desvinculado da realidade está totalmente fora da concepção que Bakhtin faz da linguagem, pois para ele não existe esse sistema em equilíbrio. Para ele, a língua é subordinada às vicissitudes da realidade comunicativa; cada nova situação social gera uma nova ideia, um novo signo, o que afeta diretamente a significação. De acordo com ele é mais importante analisar o enunciado por completo, seja uma palavra, frase ou sequência de frases (1997, p. 16). A construção do texto é visto como um ato da vida social em que vigora a ideologia do cotidiano, o reflexo da interação dialética constante da linguagem com a atividade mental do indivíduo.

Todo elemento da realidade é passível de uma interpretação individual, que será feita de acordo com sua leitura de mundo particular, transformando esse corpo físico num símbolo. O que era concreto passa então a ser ideológico, ou melhor, passa a ter uma correspondência no mundo ideológico. Ou seja:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) (...) e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. [...] tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não há ideologia. (BAKHTIN, 1997, p. 31).

Compreender a língua portuguesa como parte fundamental de nossa cultura e transmitir suas atribuições enquanto geradora de sentido e integradora da organização de mundo e da própria identidade é uma das finalidades que norteiam o estudo da linguagem na educação básica, o que se torna ainda mais importante no ensino médio, etapa que corresponde à adolescência, época em que a jovem começa a definir suas escolhas para construir o adulto que será. Conceitos como autonomia e respeito à diversidade presentes no estudo da língua se elevam nesse nível de ensino ao patamar de atitudes sociais a serem transmitidas.



Nesta perspectiva, a linguagem é entendida como um processo de interação cultural dos indivíduos situados em um mesmo contexto e tem grande relação com o pensamento de Bakhtin. Para ele, atos como: fala, enunciação e comunicação são elementos indissolúveis das estruturas sociais de determinado grupo. A linguagem verbal é vista na escola como produto e produção humana e social de caráter criativo, contraditório, múltiplo, pluridimensional, que organiza e ordena a articulação dos dados a respeito da experiência individual ou coletiva e que tem como finalidade contribuir para o enriquecimento do acervo da língua e da cultura da comunidade linguística em que se insere.

A compreensão dos processos de comunicação e expressão torna-se fundamental para a inserção do homem no ambiente cultural e social, pois qualquer deficiência ou mesmo mínima dificuldade neste sentido pode excluí-lo do pleno exercício de suas práticas e direitos sociais. É possível, portanto, considerar o estudo da linguagem como transdisciplinar, mesmo quando está enfocada em si mesma, pois todas as áreas do conhecimento se utilizam da linguagem para transmitir seus conhecimentos e, por isso mesmo, têm suas próprias concepções de linguagem, sempre influenciadas pelos conceitos daqueles que a estudam em sua totalidade.

Seguindo este raciocínio de que a linguagem sustenta e organiza as relações sociais e tem o poder de transformar o *status quo* através da contraposição das opiniões (ideologias) conflitantes, torna-se uma responsabilidade do professor desenvolver tantas quanto possíveis metodologias que facilitem a aquisição e domínio dos processos de linguagem pelo educando, bem como se sensibilizar de modo a desenvolver maneiras de personalizar a aplicação destas metodologias, a fim de tornar a aprendizagem individualizada e não mais massificada como se têm visto ao longo de décadas.

De acordo com algumas correntes da linguística aplicada, o ensino da língua deve ter o objetivo de despertar o aluno para as consequências sociais da leitura e da escrita, desenvolvendo habilidades e comportamentos que preparem o aluno para as diversas situações reais em que seja necessário recorrer a estes conhecimentos. Esta tomada de consciência é chamada por Bagno de letramento, prática de ensino que ele considera antagônica à tradicional por considerar que “[...] de nada adianta [...] ensinar alguém a ler e a escrever sem lhe oferecer ocasiões para o uso efetivo, eficiente, criativo e produtivo dessas habilidades de leitura e de escrita”. (2002, p. 52).



EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E LITERATURA

Descrevendo a importância do ato de ler, Paulo Freire disse que a linguagem e a realidade se prendem dinamicamente, não só pelo fato de que esta concretiza os conceitos expressos por aquela, mas fundamentalmente, porque o ato de ler desenvolve a consciência crítica do educando e se torna uma experiência existencial da sua construção enquanto indivíduo, ajudando-o a transformar o ambiente que o cerca, devido a esse processo de aquisição da linguagem. Resumindo, é possível definir que “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. (1988, p. 9).

Pode-se dizer, que o grande desafio pedagógico para um professor, que pretenda inserir na sala de aula a discussão a respeito do impacto do racismo sobre suas vítimas e as possíveis alternativas para superá-lo, é a necessidade de superar o ainda vigente paradigma educacional tradicional, que transforma a educação numa via de mão única, em que o professor deposita o conhecimento de forma descontextualizada nos passivos estudantes, que devem recebê-lo sem questionar aquilo que lhes é transmitido. Somente uma mudança de postura da prática pedagógica pode transformar esse panorama onde a ignorância e o

O conhecimento é como uma teia de ideias interconectadas que atravessa vários domínios, ao passo que a escola tradicional mantém sua visão paroquial, localizada. [...] Essa multiplicidade de pontos de vista, essa riqueza de leituras, precisa ser digerida e incorporada pela escola se ela tiver a pretensão de sobreviver como instituição geradora, mantenedora e delegadora do saber humano. (PASSARELI, 1993, p. 1).

Como forma de colocar em prática a Lei 10.639/2003, o governo federal formulou, através de um grupo interministerial formado pelo MEC e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira”. Dentre as iniciativas propostas está justamente a “inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular” nos diversos níveis educacionais (2005, p. 23). Para tanto, ressalta-se a importância de obras didáticas e paradidáticas que abordem a temática através de

Inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana, às relações étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações, à pedagogia antirracista nos programas de concursos públicos para admissão de professores.

[...]



Organização de centros de documentação, bibliotecas, mídiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes. (MEC/SEPPPIR, 2005, p. 24).

A reflexão principal que embasa esse projeto é vista com Marcelo Paixão, no livro “*Dialética do bom aluno*”, mostrando o que se tenciona construir com a pesquisa proposta. É importante considerar a pretensão construir e de que forma, de modo a transformar o atual processo de reprodução das desigualdades raciais no espaço escolar.

Decerto, o livro didático não deve reforçar o senso comum das hierarquizações raciais brasileiras, como se elas tivessem sido produzidas naturalmente. Porém, os instrumentos pedagógicos estão desafiados a refletir em seu escopo as desigualdades raciais, sócio-historicamente construídas, como um instrumento em prol do pensamento crítico e questionador por parte de todas as crianças, de todos os grupos de raça/cor e sexo nos espaços escolares brasileiros. (PAIXÃO, 2008, p. 65).

Ao longo da história, sobretudo a partir do século XIX, a arte literária se tornou mais um dos inúmeros campos de luta dos negros contra a exploração e por sua emancipação plena. Diversos autores têm produzido “um tipo de literatura que assumia as questões relativas à identidade e às culturas dos povos africanos e afrodescendentes” (SOUZA; LIMA, 2006). Desta feita, é fundamental que os(as) professores(as) que pretendam utilizar a literatura para utilizar as possíveis contribuições da literatura para a aplicação da Lei 10.639/2003 tenham conhecimento da existência de

(...) livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, tais como as religiões de matrizes africanas, a capoeira, a dança e os mecanismos de resistência diante das discriminações, objetivando um estímulo positivo e uma auto-estima favorável ao leitor negro e uma possibilidade de representação que permite ao leitor não negro tomar contato com outra face da cultura afro-brasileira que ainda é pouco explorada na escola, nos meios de comunicação, assim como na sociedade em geral. (p. 216).

É importante salientar que a análise científica deste marco legal e das práticas socio-políticas envolvidas no âmbito de sua implementação, orientada a partir do ponto de vista da linguagem, leva à concepção de que “por dizermos, ou ao dizermos algo, estamos fazendo algo” (AUSTIN, 1990, p. 29), ou seja, o discurso em si mesmo já constitui por si só um posicionamento no que concerne a determinada questão. Isso posto, a inclusão ou não da temática racial na sala de aula se categoriza como uma forma de engajamento pela erradicação ou pela manutenção do racismo na sociedade brasileira. Considerando ainda que a literatura é, por excelência, a arte da linguagem verbal e que existe todo um movimento literário voltado para discutir a questão da negritude, torna-se premente a utilização da literatura negra nas aulas de língua portuguesa como



forma de pôr em prática a Lei 10.639/2003.

Quando analisamos a linguagem, nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a racionalidade, enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre 'linguagem' e 'mundo', porque o que consideramos a 'realidade' é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos. (AUSTIN, 1990, p. 10).

CONCLUSÃO

Concluiu-se que o desenvolvimento de ações pedagógicas que despertem um olhar transformador sobre a questão das relações étnico-raciais no Brasil é fundamental para a construção de cidadãos e cidadãs mais conscientes da riqueza e da diversidade étnica presente no interior da nossa sociedade e mais libertos de preconceitos e de valores conservadores que contribuem para o aumento das desigualdades raciais do país.

Trabalhar estas questões no ambiente escolar a partir da educação básica permite que os indivíduos, desde a sua mais tenra idade, conheçam as diversas etnias e culturas que compõem seu país, vivenciem valores civilizatórios que permitam a compreensão do outro e de si mesmo a partir de uma lógica inclusiva, respeitosa e emancipatória.

Conhecer a história e a cultura de matriz africana configura conhecer melhor a própria cultura brasileira, pois ao longo do processo de formação da sociedade brasileira milhões de africanos e afrodescendentes contribuíram nos campos produtivo, cultural, religioso e social, sendo hoje parte significativa da população brasileira. Permanece, entretanto, o desafio de efetivamente incluir a população negra na sociedade brasileira, pois, apesar de corresponder à maioria da população brasileira de acordo com dados demográficos oficiais recentes, continua sendo vítima de discriminação e preconceitos, como visto em Munanga, Cavalleiro, Paixão, dentre outros. A educação, mesmo que não seja a única via de mitigar tais desigualdades, demonstra relevante papel na busca de uma verdadeira democracia onde todos os grupos étnicos, religiosos, de gênero, ou de quaisquer outras naturezas possam ter seus direitos reconhecidos e respeitados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 jan. 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 9 jan. 2003.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais Mais – Ensino Médio Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Nem tudo é valentia ou vadiagem: práticas culturais e usos de símbolos de civilidade por escravos, forros e mestiços na Província do Maranhão oitocentista. *Outros Tempos*, v. 4, n. 4, 2007, p. 16-35. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso: 23 nov. 2008.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Portal da Literatura Afro-brasileira*. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/literafro>>. Acesso: 2 jul. 2011.
- FREIRE, Paulo. *Importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- IPEA. *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a Abolição*. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais (DISOC), 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_05_13_120anosAbolicao_Vcoletiva.pdf.
- MEC/MJ/SEPPPIR. *Contribuições para a implantação da Lei 10.639/2003*. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares Nacionais da educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Brasília, 2008.
- _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, 2005. 40p.
- MOORE, Carlos. *O racismo através da História: da Antiguidade à Modernidade*. Disponível em <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=O+RACISMO+ATRAV%C3%89S+DA+HIST%C3%93RIA%3A+++DA+ANTIGUIDADE+%C3%80+MODERNIDADE&btnG=Pesquisar&lr=>. Acesso: 13 set. 2009.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO/PE. *Negro e a Educação – VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste*. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1988.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. revista. Brasília: Mec/Secad, 2005. 204 p.
- PAIXÃO, Marcelo. *Dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 104p.
- PASSARELI, Brasilina. *Hipermídia na aprendizagem – construção de um protótipo interativo: A escravidão no Brasil*. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1127/776>. Acesso: 7 set. 2009.
- SANTOS, Sales Augusto. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2007.
- SILVA, Ana Célia. Desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. revista. Brasília: Mec/Secad, 2005. p. 21-39.
- SOUZA, Florentina; LIMA Nazaré (Orgs.). *Literatura afrobrasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 220p.

**ABSTRACT**

The approval of Law 10.639/2003 is the result of organization of the entities that aim to mitigate racism in Brazil. Despite the historical presence and contributions of African descent populations in relation to the social, and cultural persistence of racial discrimination, maintaining the same structure seen in the racialized society that has endured long centuries in slavery in Brazilian society. The same law aims include the history and culture, and African and Afro-Brazilian race relations in Brazilian society in school curricula in order to effect the democratic and inclusive school education provided in other legislation, but neither put in place. The school plays an important role in visualization and appreciation of black culture and the people who produce it by presenting it in a manner free from bias.

Keywords: Law 10.639/2003, Literature, Black Culture.